

Entre praças e monumentos, silenciamento e apagamento: uma análise sobre a inexistência de referências xavante em Barra do Garças (Mato Grosso, Brasil)

Ricardo Oliveira Rotondano

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Goiás - Goiás - Brasil

ricardo.rotondano@ueg.br

Irineu Galego Dias Júnior

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Goiás - Goiás - Brasil

juniorgalegodias@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o silenciamento simbólico e o apagamento da presença indígena, em especial do povo Xavante, no contexto urbano de Barra do Garças, Mato Grosso, com base nos conceitos de colonialidade e construção seletiva da memória. Parte-se da compreensão de que a exclusão dos povos originários da narrativa oficial da cidade não decorre da ausência física, haja vista a presença de que mais de 4.000 indígenas no município, mas configura um processo histórico de negação simbólica, operado por meio de representações folclorizadas, monumentos seletivos e discursos hegemônicos. A pesquisa evidencia que o espaço urbano privilegia símbolos como o colonizador, o garimpeiro e até mesmo o extraterrestre, relegando os Xavante ao esquecimento. Demonstra-se que esse apagamento está inserido em uma lógica colonial ainda vigente, que nega aos povos indígenas o direito à memória, à voz e ao pertencimento. Conclui-se que o reconhecimento e a valorização da cultura e da história Xavante são fundamentais para a reconstrução de uma identidade local mais justa, plural e decolonial. A pesquisa utiliza metodologia dialética, a partir da análise histórica, bibliográfica e documental, recorrendo à observação direta no espaço urbano pesquisado.

Palavras-Chave: silenciamento; apagamento; povo Xavante; Barra do Garças, MT.

Introdução

Este artigo propõe uma análise crítica sobre o silenciamento da memória do povo indígena Xavante, com foco na cidade de Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. A escolha desse município como recorte espacial justifica-se pela histórica presença e relevância

da população indígena Xavante (A'uwê Uptabi)¹, que, corresponde a 5,9% da população local, totalizando 4.080 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Apesar dessa representatividade, as vozes Xavante permanecem amplamente silenciadas ou distorcidas nas narrativas oficiais.

O objetivo deste estudo consiste em investigar de que maneira o apagamento das memórias e o silenciamento das vozes Xavante articulam-se a processos históricos de colonização e à invisibilização sistemática dos povos indígenas. Busca-se, ainda, analisar os reflexos desse silenciamento nas políticas de patrimonialização e no reconhecimento cultural institucionalizado no contexto urbano da cidade de Barra do Garças, MT.

Para tanto, será realizada uma discussão sobre o histórico da relação entre os Xavante e os não indígenas, que remonta à colonização e às tentativas de dominação e pacificação dos povos originários, com ênfase nas práticas de aldeamento e sua continuidade no tempo.

A história do povo Xavante é marcada por violências, perseguições e deslocamentos forçados que remontam ao período colonial, especialmente a partir do século XVIII, com o avanço das expedições bandeirantes. As vanguardas dos bandeirantes atuavam como “caçadores de gente”, buscando indígenas para captura ou extermínio, e a busca pelo ouro no Brasil Central acentuou a violência contra os povos originários (Ribeiro, 1995, p. 107).

No entanto, o regime de repressão e violência levou muitos indígenas a fugir e a migrar para outras regiões, como o território mato-grossense, onde a presença do povo Xavante é documentada desde o final do século XVIII (Giaccaria; Heide, 1984, p. 28).

O objeto central deste artigo reside no questionamento sobre os mecanismos históricos e simbólicos que contribuíram para o silenciamento e apagamento da memória Xavante em Barra do Garças, MT, os quais ainda se perpetuam. Por que, apesar da presença significativa dos Xavante no município, suas histórias e culturas continuam marginalizadas nas narrativas hegemônicas?

Para investigar e responder essa questão, adota-se uma metodologia dialética, de caráter qualitativo, com ênfase na análise documental de fontes históricas, considerando a história da colonização e as práticas de preservação e valorização de patrimônios culturais materiais e imateriais.

Foram analisados ainda referenciais bibliográficos (artigos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado) sobre as teorias da memória, do patrimônio e do silenciamento cultural. Além disso, utilizou-se a observação direta para analisar representações visuais, como

¹ A'uwê Uptabi (povo verdadeiro), que é como se autodenomina o povo por nós conhecido como Xavante, o maior povo indígena do Centro-Oeste (IBGE, 2023).

estátuas, monumentos e outras imagens presentes no espaço urbano, compreendidas como documentos históricos e simbólicos que colaboram para o silenciamento e apagamento da presença do povo Xavante.

A partir dessa perspectiva, a justificativa para a realização deste estudo está na necessidade urgente de trazer à tona as vozes silenciadas dos Xavante e de contribuir para o reconhecimento de sua identidade e memória cultural em Barra do Garças. A marginalização histórica dos povos indígenas no Brasil, incluindo o povo Xavante, tem sido tema de diversas publicações. A série “Povos Indígenas no Brasil”, por exemplo, destaca como a exclusão dos indígenas das narrativas oficiais representa não apenas uma ausência física, mas um processo contínuo de negação simbólica e apagamento de suas memórias (Instituto Socioambiental, 2023).

Reconhece-se, contudo, que os processos de silenciamento e apagamento da memória na formação de Barra do Garças não afetaram apenas o povo Xavante. Outros grupos, como os indígenas Bororo, Caiapó e a população negra explorados nas atividades garimpeiras, também foram historicamente marginalizados. No entanto, este artigo concentra-se especificamente na análise das formas de invisibilização e resistência do povo Xavante, buscando compreender como sua presença e contribuição para a história e o cotidiano da cidade vêm sendo negadas ou distorcidas pelas narrativas hegemônicas.

Diante do exposto, pretende-se analisar como os mecanismos de silenciamento e apagamento da memória Xavante em Barra do Garças refletem as contínuas práticas de colonialidade, que ainda moldam as representações sociais e as políticas de memória no espaço urbano. “O histórico colonial de exploração, subalternização e extermínio de africanas/os e de indígenas no Brasil foi fator determinante para esta herança desigual” (Rotondano, 2022, p. 150). Assim, compreender e valorizar as memórias indígenas, historicamente marginalizadas, constitui um passo essencial para a construção de uma narrativa mais justa, plural e representativa da história local.

Silenciamento simbólico, apagamento e colonialidade: a invisibilização do povo Xavante em Barra do Garças (Mato Grosso, Brasil)

A história do Brasil é marcada por um processo contínuo de apagamento e silenciamento das vozes indígenas, como evidenciado no percurso histórico anteriormente descrito, com destaque para os aldeamentos, estruturados sob a lógica da colonialidade do poder, do saber e do ser. Esse ocultamento opera por meio de estratégias simbólicas, políticas e institucionais que negam aos povos originários o lugar de sujeitos históricos. A

invisibilização do povo Xavante insere-se nesse contexto, no qual “o silenciamento de vozes subalternas é parte de uma lógica colonial que institui quem tem o direito de falar, lembrar e existir” (Spivak, 2010, p. 17).

A perseguição aos indígenas teve início na época das bandeiras e perdurou por mais de cem anos, marcada por violência extrema e pela expulsão das comunidades de seus territórios. Essa situação agravou-se com a descoberta de ouro nos rios Araguaia e Tocantins (Ribeiro, 1995).

[...] nobres e pedras preciosas, com grande deslocamento de populações do Nordeste do país e de São Paulo. Os ataques aos índios visavam a desimpedir os caminhos de acesso às minas; seu aniquilamento ou expulsão significava, para os não indígenas, a liberação de novas áreas para a procura de ouro (Lopes da Silva, 1988, p. 362).

Com a decadência da produção aurífera em Goiás por volta de 1750, os bandeirantes passam a buscar a “pacificação” dos indígenas com o objetivo de viabilizar a navegação e a exploração agrícola, surgindo assim os aldeamentos (Ravagnani, 1991). “[...] A primeira grande pacificação dos Xavantes foi entre 1784 e 1788, por obra de Tristão da Cunha [...]”. (Giaccaria; Heide, 1984, p. 31), embora haja registros anteriores da presença Xavante datados de “1749, 1762 e 1769” (Lopes da Silva, 1986).

Em 13 de janeiro de 1788, foi fundado o aldeamento Pedro III, no sítio do Carretão-GO, onde foram reunidos mais de cinco mil indígenas de diferentes grupos, entre eles Xavante, Xerente, Kayapó e Karajá, além de indivíduos de origem africana escravizados que empreenderam fuga das fazendas nas quais eram mantidos na condição de cativos (Lopes da Silva, 1998).

O objetivo dos aldeamentos era a cristianização e a assimilação dos indígenas. Eram obrigados a trabalhar para sustentar os missionários, os colonos e expedições da Coroa. As péssimas condições de vida, somadas às doenças trazidas por europeus e africanos, como varíola, febre amarela, gripe, malária e sarampo, além dos maus-tratos, provocaram resistência e fugas, levando os Xavante a migrarem para o território que hoje corresponde ao leste de Mato Grosso (Ravagnani, 1991).

Mesmo sendo um povo numeroso e guerreiro, os Xavante foram gradualmente dizimados ou expulsos de seus territórios por meio de confrontos com não indígenas. Segundo relatos históricos, fugiam das perseguições para escapar das agressões dos exploradores e, após experiências negativas nos aldeamentos, atravessaram o rio Araguaia, e se estabeleceram nas proximidades da Serra do Roncador. Ali, encontraram condições mais favoráveis que possibilitaram sua sobrevivência e posterior recuperação demográfica (Giaccaria, Heide, 1984).

Como se pode observar, é justamente nessa região da Serra do Roncador que se localiza o município de Barra do Garças, confirmando a presença ancestral indígena no território. Essa trajetória marcada por perseguições, deslocamentos e apagamentos evidencia que o silenciamento das vozes Xavante em Barra do Garças não é um fenômeno recente, mas um reflexo da permanência de uma “colonização que não é um fato do passado” (Krenak, 2019, p. 23).

Muito embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado uma significativa conquista de direitos para a população indígena, juntamente com outras legislações amparadas pelo Brasil – como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho –, o cenário contemporâneo revela uma série de ataques aos povos originários no Brasil. O garimpo ilegal promovido em terras indígenas, além da invasão e da expulsão dos povos originários por grileiros, tem representado uma ameaça direta à existência das etnias no país, que resistem de modo corajoso às investidas dos grupos hegemônicos (Rotondano, 2021).

O Estado que, por sua vez, deveria atuar diretamente para preservar a existência das comunidades indígenas, contribuindo para a manutenção dos seus territórios e formas de vida, promove em muitos momentos ações e políticas que violam os direitos dos povos originários (Holston, 1991), cooptado pela força do capital organizado. Nessa esteira, depreende-se que o interesse econômico de grupos conservadores nas terras e nos recursos naturais encontrados nestas é o grande propulsor dos ataques sofridos pelos indígenas, constituído sob a ideologia desenvolvimentista neoliberal, que limita e cerceia severamente a autogestão e a fruição do território pelos povos originários (Anderson; Parker, 2009).

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que dar visibilidade aos Xavante no espaço urbano de Barra do Garças, MT, vai além de resistir ao silenciamento. Trata-se de um processo de reconstrução identitária, voltado à descolonização simbólica da cidade e a transformação do território urbano em um espaço de convivência entre diferentes culturas, no qual as vozes indígenas deixem de ser invisibilizadas e passem a integrar a memória coletiva local.

Diante do exposto, parte-se do entendimento de que a identidade cultural dos povos originários não é fixa ou essencialista, mas sim uma construção histórica, marcada por disputas, tensões e constantes reinvenções diante das estruturas de poder. Nesse contexto, a proposta de justiça histórica apresentada neste trabalho dialoga com a reflexão de que “a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (Hall, 2005, p. 21 apud Guedes, 2013, p. 5), pois se trata de um processo politizado. Assim, a luta do povo Xavante por reconhecimento insere-se em uma “política da diferença”, na qual o direito à autorrepresentação torna-se fundamental para afirmar identidades historicamente silenciadas.

Barra do Garças e os espaços de silenciamento e apagamento

O apagamento das populações indígenas do imaginário nacional não ocorre pela simples ausência de suas narrativas, mas pela forma como estas são representadas sob a ótica de um discurso colonialista. Nos acervos, livros didáticos, monumentos e centros culturais, as memórias indígenas são frequentemente distorcidas, folclorizadas ou reduzidas a figuras do passado, reforçando uma visão de história branca, cristã e civilizatória. Mesmo as iniciativas que possuem a possibilidade de provocar a transformação do referido quadro, propondo uma significativa ampliação na conscientização da população quanto aos principais elementos da trajetória e da identidade indígena no Brasil – como a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas –, muito embora tenham sido reconhecidas pelo Estado, ainda não estão devidamente implementadas nas instituições de ensino brasileiras (Rotondano, 2019).

Trata-se de um silenciamento simbólico, no qual a cultura dominante estabelece critérios próprios de pertencimento e identidade nacional, deixando à margem as memórias e experiências dos povos indígenas. Nesse contexto, as narrativas oficiais operam uma exclusão sistemática das vozes originárias, impedindo sua participação na construção da memória coletiva o que ocorre em Barra do Garças. “Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento” (Assmann, 2011, p. 18). Com isso, evidencia-se que a memória cultural não é neutra, mas atravessada por interesses de poder que selecionam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, contribuindo para a invisibilização dos sujeitos historicamente subalternizados como o povo Xavante.

A cidade de Barra do Garças carrega em seus marcos simbólicos e em sua paisagem urbana narrativas que priorizam versões hegemônicas da história local, enquanto relegam ao silêncio os povos originários, como os Xavante. Esse processo de apagamento discursivo e simbólico opera não apenas pela ausência de representação nos espaços públicos, mas também pela negação do direito à memória e à identidade coletiva. Nesse sentido:

O que se pode reter dessa nova configuração social é que sempre haverá um posicionamento do novo sujeito a ser descoberto pelas pesquisas nessa seara. Um sujeito interceptado por uma condição histórica específica e particularmente ímpar. Um sujeito discursivo frente a frente posicionado na lógica da multiculturalidade (Guedes, 2013, p. 6).

Pode-se afirmar, então, que os Xavante se configuram como sujeitos históricos marcados por trajetórias de resistência, reivindicando o direito à escuta e ao reconhecimento, enquanto parte constituinte e atuante da história urbana e cultural da cidade. Ainda assim, o poder público e a sociedade local persistem em silenciar suas vozes. Como se verá nas imagens a seguir, essa lógica de apagamento se expressa de forma concreta no espaço urbano de Barra do Garças.

Essa negação da escuta e do reconhecimento dos povos originários torna-se ainda mais evidente diante das escolhas simbólicas promovidas pelo poder público local. Na entrada de Barra do Garças, a imagem de um extraterrestre, figura absolutamente alheia à história da colonização da cidade, recepciona os visitantes com uma saudação de boas-vindas. Ou seja, “a invenção da cultura, mais do que fruto da imaginação ociosa dos homens, consiste no resultado de uma convenção” (Rocha, 2009, p. 231). Embora esse ícone seja comumente associado ao turismo e ao entretenimento, sua adoção como símbolo identitário revela uma lógica de substituição narrativa que ignora a presença dos povos indígenas originários.

Assim, ao projetar no “ET” um emblema oficial da cidade, institucionaliza-se uma narrativa simbólica artificial, que oculta e substitui a memória e a territorialidade dos povos Xavante. Essa operação simbólica remete à noção de “lugares de memória”, segundo a qual há uma seleção ativa do que deve ou não ser lembrado, o que resulta, muitas vezes, em práticas de esquecimento institucionalizado. Nesse contexto, a memória, só pode ser ativada se for reconstruída “a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros” (Halbwachs, 2006, p. 89). Nesse caso, opta-se por simbolizar o exótico, o fantástico e o estranho, relegando os povos indígenas ao esquecimento.

Assim, a adoção do extraterrestre como símbolo identitário não parece se dar de forma inocente ou desprovida de intenção. Trata-se de um processo de apagamento simbólico, que contribui para a marginalização das narrativas Xavante no espaço urbano e na memória pública da cidade.

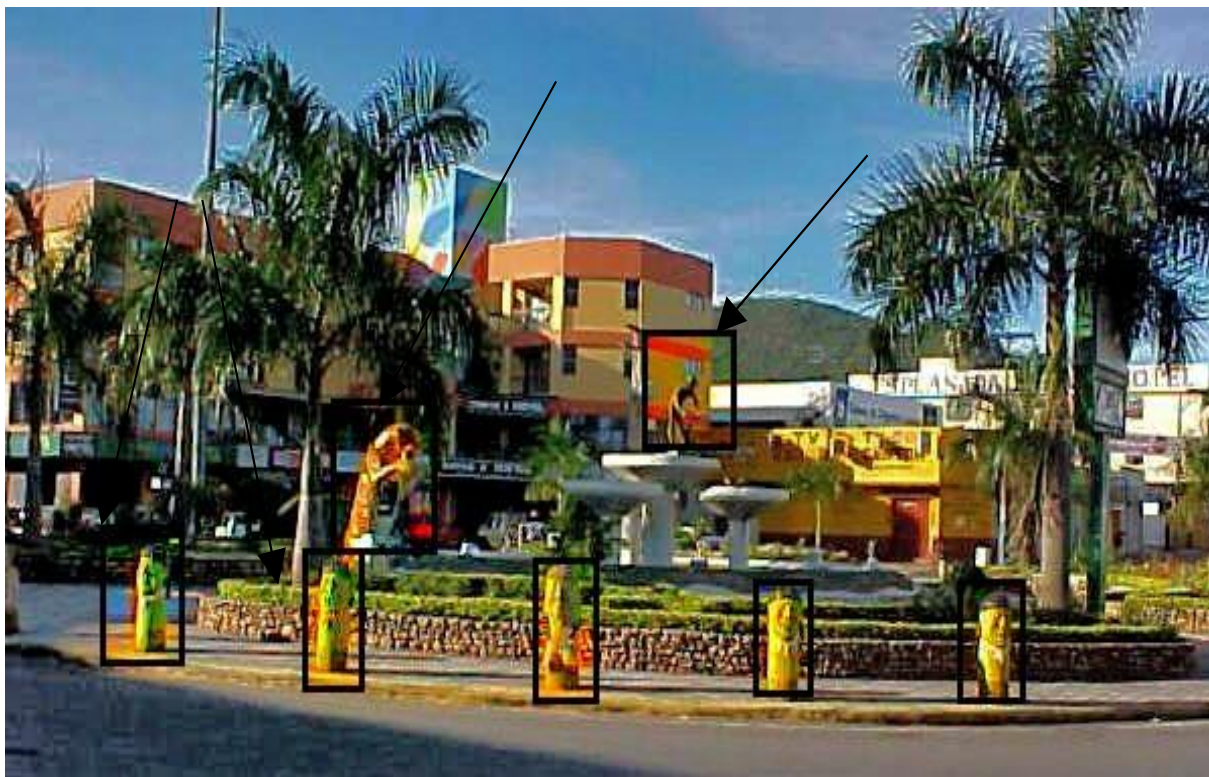
Figura 1- Entrada da cidade no sentido Goiânia para Barra do Garças, MT



Fonte: Foto arquivo do Autor (2025).

Como se observa o monumento incorpora elementos visuais que remetem à temática extraterrestre, reforçando o imaginário ufológico que se consolidou na cidade nas últimas décadas. Tal imagem evidencia uma escolha simbólica que prioriza narrativas místicas e turísticas, ao passo que ignora ou marginaliza a história real e ancestral dos povos indígenas da região, em especial os Xavante.

A seguir, propõe-se uma análise comparativa das figuras dois e três, que integram a composição simbólica da Praça dos Garimpeiros. Essa comparação busca evidenciar como tais representações contribuem para a construção seletiva da memória local, ao mesmo tempo em que reforçam narrativas hegemônicas e perpetuam o silenciamento e apagamento da presença histórica do indígena Xavante. As imagens presentes na praça refletem escolhas simbólicas que privilegiam determinados grupos sociais, ignorando a complexidade e diversidade cultural da região. Fica claro que “a memória não se acomoda apenas àquilo que pode ser simbolizado”, evidenciando o caráter seletivo e político dos lugares de memória. Assim, a marginalização dos Xavante se manifesta não apenas na ausência física, mas também na exclusão de suas histórias e identidades dos espaços públicos de memória, configurando um processo contínuo de invisibilização cultural e política (Nora, 1993, p. 9).

Figura 2 – Praça dos Garimpeiros no ano de 2008

Fonte: Foto arquivo CEFAPRO (2003).

Ao observar-se a figura de número dois, apresenta-se uma realidade que:

[...] pode ser olhada e questionada de outras maneiras, por isso, internamente, insistíamos em buscar uma relação entre o fato de o garimpeiro estar no centro da praça, ser esculpido em bronze, enquanto, as estatuetas dos índios ficavam no chão e eram feitas de concreto (material inferior ao bronze) com os conflitos existentes no passado (Rosa, 2008, p. 52).

A ausência da memória Xavante nos espaços públicos de Barra do Garças transcende a mera invisibilidade física, configurando-se como um apagamento simbólico que se manifesta por meio de práticas seletivas de preservação e representação. Um exemplo emblemático desse processo que foi registrado, ao se observar, na segunda figura a disposição desigual das esculturas na praça central da cidade. É visível que o “[...]” garimpeiro ocupa o centro, em um posicionamento “mais alto e moldada em bronze”, as estatuetas dos índios ficavam no chão e eram feitas de concreto (material inferior ao bronze) [...]” (Rosa, 2008, p. 52). Tal assimetria evidenciava, já no ano de 2003, a marginalização simbólica dos povos originários frente à exaltação dos agentes da ocupação e exploração territorial conforme está registrado na figura dois.

Em outubro de 2006, as estátuas dos índios localizadas na rotatória da praça foram retiradas, conforme relatado por uma conselheira municipal de turismo. A decisão atendeu a

um abaixo-assinado coordenado pelo Cacique Raimundo, da Aldeia São Marcos, situada na Terra Indígena São Marcos. A justificativa apresentada foi o avançado estado de deterioração das esculturas, causado pelo tempo e pelas frequentes colisões de veículos. Nessas condições, as estátuas passaram a ser consideradas ofensivas ao povo Xavante (Rosa, 2008).

No entanto, chama atenção o fato de que não foi solicitada a restauração das esculturas, mas sim sua remoção definitiva. Isso levanta questionamentos sobre o valor simbólico desses monumentos, uma vez que não eram reconhecidos oficialmente como patrimônio cultural da cidade. A retirada, sem debate público e sem a participação efetiva dos indígenas, não podendo estes serem representados por apenas um indivíduo, ou sequer uma proposta de restauração, revela o esvaziamento simbólico do gesto de homenagem. Essa interrupção, realizada sem qualquer mediação, convida à reflexão sobre as diferenças culturais expressas na arquitetura da praça e sua relação com a memória dos povos indígenas (ROSA, 2008).

Nesse contexto, a reflexão proposta por Márcia Chuva se torna essencial. Ao afirmar que “a divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade” (Chuva, 2009, p. 162), a autora evidencia um paradoxo central das políticas de preservação. No caso dos Xavante em Barra do Garças, a remoção das estátuas, ainda que justificável sob critérios de conservação, implicou também uma intervenção simbólica ao apagar fisicamente esses ícones, silenciou-se parte da narrativa indígena no espaço urbano. A ausência de reconhecimento oficial como patrimônio e a exclusão dos próprios Xavante no debate sobre o destino dessas imagens reforçam a lógica colonial, que “obscurece os antagonismos” e perpetua a marginalização de saberes indígenas. Preservar, nesse caso, não seria apenas conservar a pedra ou o bronze, mas escutar as vozes e as histórias que elas representavam (Chuva, 2009).

Figura 3 - Praça dos Garimpeiros no ano de 2025



Fonte: Foto arquivo do Autor (2025)

Na atual figura de número três, comparada com a figura dois, o cenário torna-se ainda mais revelador, as figuras indígenas foram completamente retiradas do espaço público, permanecendo apenas a estátua do garimpeiro. Essa exclusão não pode ser compreendida como simples renovação estética, mas sim como parte de um projeto de memória seletiva, em que o reconhecimento oficial recai sobre sujeitos alinhados à narrativa de progresso, enquanto os povos indígenas são apagados da paisagem urbana e da história oficial. Nesse contexto, a reflexão é particularmente elucidativa ao afirmar que “a memória cultural [...] sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida” (Assmann, 2011, p. 23). A memória, portanto, não é um dado espontâneo, mas uma construção histórica dependente de mediações institucionais e decisões políticas. A exclusão dos Xavante dos espaços de memória revela a ausência de políticas públicas que reconheçam e valorizem sua presença histórica e cultural. Trata-se, assim, de uma memória regulada por relações de poder, que define o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A simbologia contida na permanência do garimpeiro e na retirada das representações indígenas revela uma hierarquia de valores que privilegia o colonizador e silencia o colonizado. É nesse sentido que o apagamento da memória Xavante se consolida não apenas como ausência, mas como uma estratégia ativa de invisibilização, na qual os espaços públicos

reafirmam uma narrativa colonial e excludente, negando aos povos originários o direito à memória, à história e à cidade.

Promove-se, nessa esteira, a continuidade dos processos de genocídio e epistemicídio dos povos originários (Grosfoguel, 2016), ao silenciar e apagar os seus valores e a sua cultura do meio social, eliminando-os do espaço urbano e substituindo-os por outros símbolos e imagens. Tais referências, por sua vez, são intencionalmente constituídas segundo a lógica colonial, posto que representam diretamente preceitos históricos ligados ao extermínio dos indígenas dentro do território brasileiro. A exaltação do garimpeiro no referido monumento é, pois, a ilustração objetiva dessa problemática. Nesse sentido, a atuação do garimpo ao longo da histórica – da mesma forma, na atualidade – está associada ao deslocamento forçado dos indígenas dos seus territórios para a exploração dos minérios neles contidos, com a utilização constante da violência, assim como da poluição dos rios que os indígenas usufruem, causando seu adoecimento e perecimento coletivo (Theodoro *et al.*, 2022; Pacheco *et al.*, 2024).

A marginalização histórica dos povos Xavante em Barra do Garças ultrapassa a mera exclusão territorial e a negação de direitos formais, manifestando-se também como apagamento simbólico de suas memórias coletivas. A cidade constitui-se como um espaço de hegemonia cultural, no qual as vozes indígenas são sistematicamente silenciadas em nome de uma narrativa urbana, desenvolvimentista e não indígena. Nesse cenário, a memória oficial é construída a partir de seleções e omissões que privilegiam determinados sujeitos e discursos, relegando os povos originários à invisibilidade.

Contudo, “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos [...]”. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 2006, p. 2). Essa perspectiva evidencia que a memória dos Xavante persiste, mesmo diante da tentativa institucional de apagamento, pois ela é sustentada por práticas coletivas, tradições orais e vínculos comunitários que resistem à lógica do silenciamento e a tentativa de apagamento.

Esse meio de mascaramento, estabelecido pela ideologia colonialista, muitas vezes se expressa de forma “[...] menos visíveis, mas tão danosas, acontecem em diferentes níveis” (Krenak, 2021, p. 5). Isso evidencia que, além das agressões explícitas, há também formas sutis de apagamento simbólico. Essas invasões se manifestam por meio de práticas cotidianas, discursos oficiais e representações culturais que invisibilizam a presença e a história dos Xavante.

Apesar das estruturas de poder tentarem calar as vozes dos Xavante, a memória social compartilhada por esse povo atua como forma contundente de resistência e reafirmação

identitária. Enquanto a cidade elimina essas presenças por meio dos monumentos, das praças e de diversos locais, os Xavante resgatam e preservam suas histórias através da oralidade, do território e da vivência cotidiana se fazendo presente na sociedade local. Essa memória viva desafia as narrativas oficiais e resiste à tentativa de invisibilização, reafirmando o direito dos Xavante à existência plena em seu próprio espaço. É nessa persistência da memória coletiva que resiste ao esquecimento imposto que se revela a força da resistência Xavante em meio à colonialidade urbana.

Figura – 4: Estatua na Praça da Matriz Coronel Fawcett²



Fonte: Foto arquivo do Autor (2025)

A estátua de Percy Harrison Fawcett, localizada na Praça da Matriz, em Barra do Garças, evidencia a permanência de uma memória oficial que valoriza figuras colonizadoras em detrimento da presença ancestral dos povos indígenas, especialmente os Xavante que antecederam todas as personalidades homenageadas na cidade.

Ao ocupar um espaço central da cidade, esse monumento legitima uma narrativa eurocêntrica de ocupação e exploração, em detrimento da memória ancestral local. Essa imagem simboliza, de maneira contundente, o apagamento simbólico, territorial e cultural dos povos originários, tornando evidente a exclusão dos Xavante da paisagem urbana e da história

² Percy Harrison Fawcett nasceu em 31 de agosto de 1867 em Torquay, cidade litorânea no sul da Inglaterra. Ele veio para a América do Sul pela primeira vez em 1906, quando aceitou o convite da Royal Geographical Society (RGS) para se juntar à chamada Comissão Mixta [sic] de mapeamento da fronteira entre o Brasil e a Bolívia (Leme, 2023, p. 2).

contada oficialmente; ela reafirma o quanto os símbolos urbanos da cidade operam como instrumentos de silenciamento.

A construção simbólica de personagens históricos ligados à exploração de Mato Grosso frequentemente silencia ou apaga as presenças indígenas nos territórios que foram objeto dessas incursões. Fotografias, relatos e registros de expedições europeias ajudam a consolidar um imaginário que privilegia a figura do desbravador branco, ao passo que marginaliza a diversidade cultural e histórica dos povos originários. É de causar indignação o teor dos relatos do “coronel Fawcett” marcados por uma perspectiva nitidamente racista e eugenista:

Contínuas levas de europeus chegam ao país, se casam e produzem – nas altas classes, sem dúvida – belas crianças. Eventualmente haverá uma raça robusta e vigorosa, livre das fraquezas inerentes aos povos nativos. Essas comunidades costumavam destruir povoados e estâncias e eram culpadas de horríveis atrocidades, pois, sob a influência do álcool, conhecido por pinga, o negro, e especialmente o negro mestiço com índio, transforma-se em um animal selvagem (Fawcett, 1953 apud Leme, 2023, p. 13).

O trecho citado revela a visão profundamente racista e colonialista, ao retratar os povos indígenas e negros de forma desumanizante e inferior como se europeus colonizadores fossem superiores aos negros e indígenas geneticamente e em todos os sentidos. As referidas ideias refletem, de modo direto e objetivo, a colonialidade do poder (Quijano, 2000) imbuída no pensamento europeu, proclamando a si próprio como povo evoluído e civilizado, tendo em comparação as raças identificadas como inferiores – especialmente a população indígena e negra, além de outros povos não europeus, como a população asiática. Estipula-se, desse modo, o critério racial como elemento de classificação social universal dos seres humanos do planeta, por meio do qual populações inteiras são hierarquizadas conforme estereótipos de criação europeia em graus de inferioridade e superioridade.

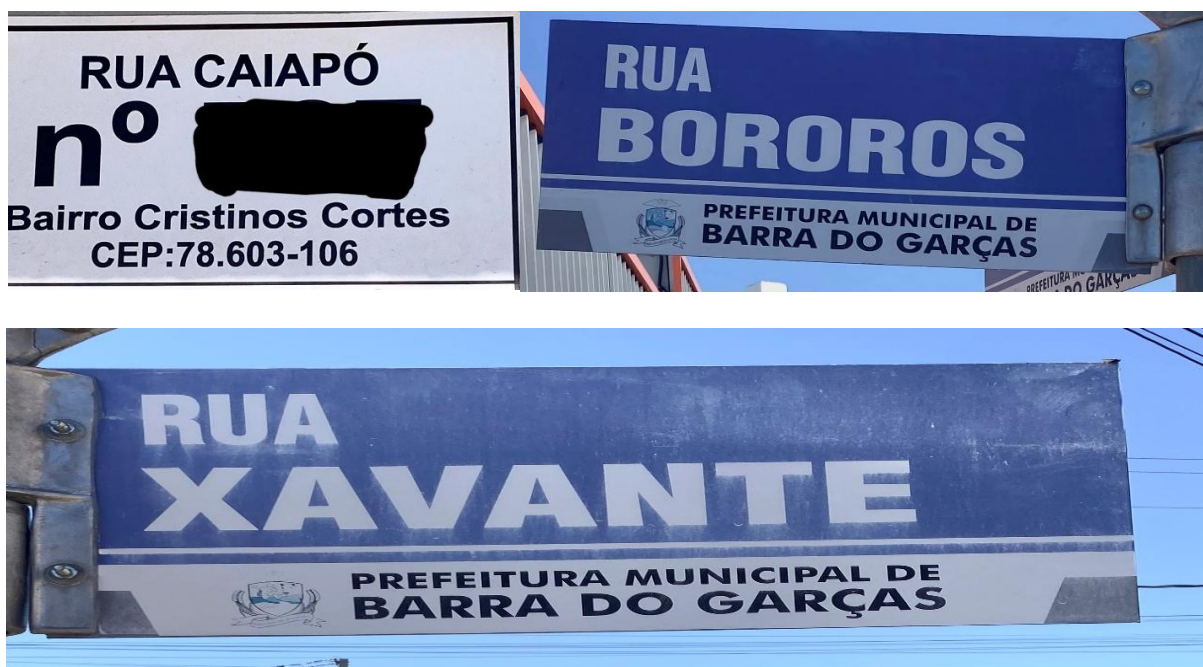
Quando imagens e narrativas como essas são reproduzidas sem questionamento, contribuem para a cristalização de uma memória histórica que privilegia os exploradores e colonizadores como protagonistas legítimos do território. Essa representação na Praça da Matriz, ao enfatizar Fawcett como figura heroica ou mítica, colabora para o apagamento simbólico dos Xavante, relegando-os à condição de obstáculos ou figuras secundárias no processo de ocupação da região. Assim, a imagem do coronel não apenas omite, mas suprime vozes indígenas, reforçando a lógica da colonização.

Embora este artigo destaque apenas algumas dessas figuras, devido à delimitação textual, é importante ressaltar que diversos outros elementos simbólicos compõem a paisagem urbana, reforçando um processo mais amplo de silenciamento e apagamento das populações

originárias. Entre esses elementos, destacam-se monumentos como um monólito composto por um grande bloco de rocha com gravuras rupestres em baixo-relevo, que apresenta formas geométricas circulares, remetendo novamente ao garimpo, o busto de um colonizador, a homenagem à maçonaria e o marco geodésico³, próximo ao monumento dedicado a Fawcett. Soma-se a esses o chamado “discoporto”, suposto aeroporto para alienígenas, localizado próximo ao Cristo no Parque Estadual Serra Azul.

Pela predominância de monumentos e símbolos que exaltam a memória dos colonizadores e de figuras externas ao território indígena, observa-se que as únicas referências visíveis que remetem diretamente aos povos originários na paisagem urbana de Barra do Garças restringem-se a três vias: as ruas Xavante, Bororo e Caiapó conforme ilustrado nas fotos abaixo:

Figura - 5: Nome de Ruas que se referem aos indígenas



Fonte: Fotos arquivo do Autor (2025)

Tais denominações, embora representem um reconhecimento mínimo, são insuficientes diante da complexidade histórica e cultural dos povos indígenas que habitam a região e fazem parte do cenário cotidiano, ainda que tentem silenciá-los e apagá-los da memória urbana. Essa escassez de representações revela um processo contínuo de invisibilização

³ Trata-se de um ponto materializado no terreno que serve como referência para a determinação de coordenadas geográficas precisas, latitude, longitude e altitude, definido como o ponto central do Brasil em 1909 pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, por meio de cálculos matemáticos, geográficos e astronômicos.

simbólica, que reforça a urgência de iniciativas comprometidas com a valorização da presença indígena nos espaços públicos e com a construção de uma memória coletiva mais justa e plural.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo revelou que o silenciamento do povo Xavante em Barra do Garças, MT, resulta de um processo histórico ligado à colonialidade do poder, do saber e do ser. Mesmo presentes no cotidiano urbano, os Xavante seguem marginalizados nas narrativas oficiais e políticas públicas, sendo excluídos da memória institucional da cidade por mecanismos simbólicos que reforçam a invisibilidade indígena.

Esse apagamento não decorre da ausência física, mas de escolhas discursivas e patrimoniais que privilegiam representações hegemônicas e eurocentradas. Monumentos, discursos e símbolos urbanos celebram outras figuras e ignoram a territorialidade e os saberes xavante, perpetuando uma visão monocultural da história local.

A opção histórica e política dos gestores institucionais da cidade reflete, pois, a adoção do ponto de vista colonial como a narrativa padrão que deve constituir os elementos físicos e simbólicos da cidade, dentro de um contexto de ausência proposital de referências dos povos originários. A configuração dos elementos que compõem a cidade de Barra do Garças produz simbolicamente uma mensagem para toda a sua população, que por um lado, nega a existência e as referências indígenas como uma parte integrante da estruturação histórica do referido espaço, e por outro, amparam a lógica e o discurso colonial como representativos do modelo de vivência coletivo.

Contudo, a resistência Xavante se expressa mesmo em silêncio de forma cotidiana e potente, por meio de sua presença física nas ruas, no consumo no comércio local e no trabalho. Essas formas silenciosas de resistência desafiam a lógica dominante e abrem caminhos para a reconfiguração da memória e da cidade. Ainda que muitas vezes desconsideradas pelos discursos oficiais, essas resistências carregam uma potência transformadora fundamental para a reconfiguração das narrativas sobre a cidade.

Com base nas reflexões apresentadas, reconhecer os Xavante como sujeitos históricos e ativos é essencial para romper com o mito da colonização pacífica e construir narrativas mais plurais. A luta por visibilidade indígena é, antes de tudo, uma luta pelo direito à memória, à existência e à participação plena na sociedade.

BETWEEN SQUARES AND MONUMENTS, SILENCE AND ERASURE: AN ANALYSIS OF THE INEXISTENCE OF XAVANTE REFERENCES IN BARRA DO GARÇAS (MATO GROSSO, BRAZIL)

Abstract: This article analyzes the symbolic silencing and erasure of Indigenous presence, particularly which of the Xavante people, in the urban context of Barra do Garças, Mato Grosso, based on the concepts of coloniality and the selective construction of memory. It is understood that the exclusion of Indigenous peoples from the city's official narrative does not stem from a physical absence, given that over 4,000 Indigenous individuals live in the municipality, but rather constitutes a historical process of symbolic denial, perpetuated through folklorized representations, selective monuments, and hegemonic discourses. The research reveals that the urban space privileges symbols such as the colonizer, the gold miner, and even extraterrestrials, relegating the Xavante to oblivion. This erasure is shown to be embedded in a still-active colonial logic that denies Indigenous peoples their rights to memory, voice, and belonging. The study concludes that recognizing and valuing the Xavante culture and history is fundamental to reconstructing a more just, plural, and decolonial local identity. The research uses dialectical methodology, based on historical, bibliographical and documentary analysis, resorting to direct observation in the urban space researched.

Keywords: silencing; erasure; Xavante people; Barra do Garças, MT.

ENTRE PLAZAS Y MONUMENTOS, SILENCIO Y BORRADO: UN ANÁLISIS DE LA INEXISTENCIA DE REFERENCIAS XAVANTE EN BARRA DO GARÇAS (MATO GROSSO, BRAZIL)

Resumen: Este artículo analiza el silenciamiento y la supresión simbólica de la presencia indígena, en particular la del pueblo xavante, en el contexto urbano de Barra do Garças, Mato Grosso, a partir de los conceptos de colonialidad y la construcción selectiva de la memoria. Parte de la base de que la exclusión de los pueblos indígenas de la narrativa oficial de la ciudad no se deriva de su ausencia física, dada la presencia de más de 4.000 indígenas en el municipio, sino que constituye un proceso histórico de negación simbólica, operado a través de representaciones folclóricas, monumentos selectivos y discursos hegemónicos. La investigación destaca que el espacio urbano privilegia símbolos como el colonizador, el minero de oro e incluso lo extraterrestre, relegando al olvido a los xavante. Demuestra que esta supresión está arraigada en una lógica colonial aún vigente que niega a los pueblos indígenas el derecho a la memoria, la voz y la pertenencia. Se concluye que el reconocimiento y la valoración de la cultura y la historia xavante son fundamentales para la reconstrucción de una identidad local más justa, pluralista y decolonial. La investigación utiliza una metodología dialéctica, basada en el análisis histórico, bibliográfico y documental, y en la observación directa en el espacio urbano estudiado.

Palabras-Clave: silenciamiento; borradura; pueblo xavante; Barra do Garças, MT.

Referências

ANDERSON, T. L.; PARKER, D. P. Economic development lessons from and for Northamerican Indian economies. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, n. 53, pp. 105-127, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. **Xavante povo autêntico**. 2. ed. São Paulo: Editora Salesiana São Paulo: Dom Bosco, 1984.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GUEDES, Viviane Marques. A contribuição de Stuart Hall e de Néstor García Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, v. IX, n. 2, p. 1-13, fev. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLSTON, James. The misrule of law: land and usurpation in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, n. 33, v. 4, pp. 695-725, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: população indígena**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Lançamento do livro 'Povos Indígenas no Brasil' em Brasília reúne autoridades e lideranças indígenas**. Brasília: ISA, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/lançamento-do-livro-povos-indigenas-no-brasil-em-brasilia-reune>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Territórios de resistência. **Cadernos PROMUSPP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-12, out./dez. 2021.

LEME, Deborah Lavorato. **Matula no sertão: a trajetória do coronel Percy Harrison Fawcett no Brasil (1906-1951)**. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 32, 2023, São Luís: ANPUH Nacional, 2023. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024_11/1730797200_3871943de833ca5c8dc987821be882a2.pdf.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de História Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPES, 1998.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PACHECO, W. S.; SANTOS, D. N.; NASCIMENTO, M. T. A.; MESQUITA, D. S.; NAKA, K. S.; CASTRO, N. J. C.. Saúde e práticas de mineração em terras indígenas. **Cogitare Enfermagem**, v. 29, 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, n. 3, p. 3-15,

1989. Disponível em: <www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza!. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1, pp. 37-45, ene./abr. 2000.

RAVAGNANI, Oswaldo M. **História do contato Xavante: uma trajetória de resistência**. São Paulo: Edusp, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 218-236, jan./jun. 2009.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e desencontros entre os A'uwê Uptabi e os Waradzu no espaço urbano de Barra do Garças - MT**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2008.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. Por que trabalhar o conceito de raça no Direito? Uma crítica da educação jurídica contemporânea. In: MARCELINO, Bruno César Alves (org.). **Dossiê Cultura em Foco: identidade cultural na diáspora afro-latino-americana e caribenha**. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2019, pp. 89-105.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira; BELTRÃO, Jane Felipe. Dos direitos indígenas na América Latina: O desafio da efetivação. **Revista Videre**, v. 13, p. 45-66, 2021.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. É preciso falar sobre etnia e raça: afirmando a diferença para construir a igualdade. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 9, n. 22, p. 150, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/55540>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THEODORO, S. H.; JUSTO, A. P.; GOMIDE, C. S.; TIBIRIÇÁ, L. G.; OLIVEIRA, L. C. **Mineração em terras indígenas: desenvolvimento para quem?** Belo Horizonte: Federação Brasileira de Geólogos, 2022.

SOBRE OS AUTORES

Ricardo Oliveira Rotondano é doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenador do Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) e Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Irineu Galego Dias Júnior é mestre em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Barra do Garças, MT.

Enviado em 25/07/2025

Aceito em 25/11/2025